

LÍNGUA E HISTÓRIA EM SAUSSURE

José Luiz Fiorin
(Universidade de São Paulo)

RESUMO

Uma das críticas mais frequentes a Saussure foi a de que sua teoria esvaziou a língua de sua historicidade, de que pensou a língua como um objeto destituído de dimensão histórica, considerando-a um sistema que se basta a si mesmo. Este texto pretende mostrar que essa acusação deriva de má leitura do *Curso de Linguística Geral*. O que Saussure faz na sua teoria do signo é separar radicalmente a linguagem da realidade. Com isso, o que ele propõe é que a ordem do mundo é diferente da ordem da língua, pois esta não é um reflexo da realidade, mas uma criação do homem. Portanto, é radicalmente histórica. A História é integrada à teoria por meio do conceito de valor, ou seja, sob o primado da forma. Este trabalho mostra então o que significa examinar a historicidade da linguagem sob o primado da forma.

PALAVRAS-CHAVE: valor; historicidade; ordem da linguagem; ordem da realidade.

Somente teu nome é meu inimigo. Tu és tu mesmo, sejas ou não um Montecchio. Que é um Montecchio? Não é mão, nem pé, nem braço, nem rosto, nem outra parte qualquer pertencente a um homem. Oh! Sê outro nome! Que há em um nome? O que chamamos de rosa, se tivesse outro nome, exalaria o mesmo perfume tão agradável; e, assim, Romeu, se não se chamasse Romeu, preservaria essa cara perfeição que possui sem o título. Romeu, despoja-te de teu nome e, em troca de teu nome, que não faz parte de ti, toma-me toda inteira! (Cena II do segundo ato de *Romeu e Julieta*, de Shakespeare).

Saussure termina o *Curso de Linguística Geral* com a seguinte afirmação: “A Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (1969, p. 271). Essa frase valeu a Saussure a acusação de ter esvaziado a língua de sua historicidade, de pensar a língua como um objeto destituído de dimensão histórica e de levar em conta apenas formas que se bastavam a si mesmas. O que se pretende neste texto é mostrar que essa tese é falaciosa e que revela má leitura do *Curso*. Não se trata de mostrar que, em Saussure, há uma dimensão diacrônica da linguagem, mas de evidenciar que é na dimensão sincrônica que a língua é considerada um objeto essencialmente histórico. Estamos dando continuidade à reflexão de Márcio Alexandre Cruz, que considera que essa relação ocorre no sistema da língua (2013, p. 38-41).

Hoje, os estudiosos de Saussure defrontam-se com um problema muito sério: o aparecimento dos manuscritos do mestre de Genebra leva uma série de estudiosos muito importantes a considerar que o *Curso* não representa o verdadeiro pensamento de Saussure. Alguns o consideram uma simplificação grosseria do pensamento do mestre genebrino; outros julgam mesmo que ele é um apócrifo (cf, a título de exemplo, Bouquet, 2009; Rastier, 2003). No entanto, apesar de reconhecer a importância das fontes manuscritas para compreender o pensamento saussuriano, não se pode não levar em conta o *Curso*, pois foi ele que fundou a Linguística e serviu de base para o estabelecimento de uma epistemologia para as Ciências Humanas. Por essa razão é com fundamento no *Curso* que vamos discutir a questão que propomos abordar neste texto.

Ao distinguir uma dimensão sincrônica de uma diacrônica, Saussure estabelece o objeto específico da linguística sincrônica. Ela “se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistema, tais como são percebidos pela consciência coletiva” (1969, p. 116). Ao discutir os métodos de análise de cada uma dessas dimensões, Saussure diz: “A sincronia conhece somente uma perspectiva, a das pessoas que falam, e todo o seu método consiste em recolher-lhes o testemunho; para saber em que medida uma coisa é realidade, será necessário e suficiente averiguar em que medida ela existe para a consciência de tais pessoas” (1969, p. 106). A questão importante para Saussure, ao fazer a distinção entre sincronia e diacronia, era explicar o que é que possibilita o exercício da fala. Ele afirma: “A primeira coisa que surpreende quando se estu-

dam os fatos da língua é que, para o indivíduo falante, a sucessão deles no tempo não existe: ele se acha diante de um estado” (1969, p. 97). Ora, se se trata de explicar a capacidade de produzir discursos, é preciso considerar que não importam nem a diacronia nem as experiências históricas de uma comunidade que levaram ao aparecimento e à configuração de um dado estado de língua. O que é levado em conta pelo falante é o sistema linguístico num dado momento de sua existência. Isso não constitui, porém, uma afirmação de que não há relações entre a língua e a história. Ao contrário, em inúmeras passagens do *Curso*, o mestre genebrino acentua que a língua é uma instituição social. Aliás, em conferência proferida na Universidade de Genebra, Saussure afirma que “a ciência da linguagem é uma ciência histórica e apenas uma ciência histórica” (2002, p. 148). Isso porque “tudo na língua é história, o que quer dizer que ela é um objeto de análise histórica e não de análise abstrata” (2002, p. 149). Mas vamos devagar. Afinal, pretendemos demonstrar que Saussure não esvaziou a linguagem de sua historicidade, não a partir de suas proclamações de princípio, mas dos fundamentos de suas concepções teóricas.

Em sua teoria do signo, Saussure começa por mostrar que o “signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (1969, p. 80). O signo é uma entidade de duas faces, cada uma das quais diferente da outra, mas inseparáveis como uma folha de papel, pois não se pode isolar, a não ser para efeitos metodológicos, o conceito da imagem acústica (1969, p. 131). De fato, a imagem acústica não existe sem a presença de um conceito e esse não tem existência senão por uma imagem acústica.

Ao conceito Saussure chamou significado e à imagem acústica denominou significante. O significante /maKga/ não evoca uma manga particular. A língua faz abstração de sua cor, de suas variedades, de seu formato, de seu tamanho. Não leva em conta as particularidades dos diversos tipos de manga, para instaurar a categoria que se poderia designar como /manguidade/. O significado não é a realidade, mas a sua representação.

A língua não é uma nomenclatura que se aplica a uma realidade categorizada independentemente dela e anteriormente a ela. A atividade linguística é uma atividade simbólica. Uma língua articula conceitos e não etiquetas aplicadas às coisas. Nomear é categorizar a realidade, é organizar o mundo. Diz Saussure:

Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e linguistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas ideias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua (1969, p. 130).

O que Saussure faz na sua teoria do signo é separar radicalmente a linguagem da realidade. Com isso, o que ele propõe é que a ordem do mundo é diferente da ordem da língua, pois esta não é um reflexo da realidade, mas uma criação do homem. Portanto, é radicalmente histórica.

O mestre de Genebra não desistoriciza a língua, mas a desnaturaliza. É preciso ver todos os discursos numa perspectiva histórica. Isso significa apreender com quem um discurso dialoga, em oposição a de que discurso ela se constitui. Ora, o discurso saussuriano contrapõe-se a uma concepção naturalista da linguagem. Ela é expressa na fórmula latina *Nomina sunt consequentia rerum*, que é citada, por exemplo, por Dante no 4º parágrafo do capítulo XIII do *Vita nuova*, para mostrar que o nome corresponde à coisa. No entanto, é no século XIX, a partir de Franz Bopp, que ela ganha o estatuto de verdade científica, com tudo o que isso implicava nessa época. August Schleicher assim enuncia a tese central dessa linguística naturalista a que se opõe a concepção saussuriana do signo:

As línguas são organismos naturais, não atingidos pela vontade humana e seguindo leis determinadas, nascem, crescem, desenvolvem-se, envelhecem e morrem; elas manifestam, portanto, elas também, essa série de fenômenos que se compreende habitualmente como vida. A glótica ou ciência da linguagem é por consequência uma ciência natural; seu método é, de uma maneira geral, o mesmo das outras ciências naturais (1980, p. 61-62).

Em oposição a esse ponto de vista, Saussure afirma que a língua tem uma natureza social: “Em nenhum momento, e contrariamente à aparência, a língua existe fora do fato social, visto ser um fenômeno semiológico. Sua natureza social é um dos seus caracteres internos (1969, p. 92).

Uma das características do signo linguístico é a arbitrariedade, que concerne à conexão entre o significado e o significante. A análise

se dessa ligação entre as duas faces do signo data dos primórdios da discussão a respeito da linguagem. No *Crátilo*, de Platão, debatem-se duas posições a respeito dessa relação. Para Crátilo, o significante é unido ao significado por *phýsei* (por natureza), enquanto, para Hermógenes, essa ligação era por *thései* (por convenção) (2001). Saussure comparte com Hermógenes a convicção de que o signo linguístico é arbitrário, pois não há nenhuma relação necessária entre o som e o sentido, não há nada no significante que lembre o significado, não há nenhum laço natural que determine a união de dado significante com determinado significado. Por exemplo, não há nada no significante *lago* que lembre o significado “acumulação permanente de água em grande extensão numa depressão de terreno fechada”. Esse acidente geográfico poderia perfeitamente ser denominado *esmino*.

O que comprova a arbitrariedade do signo é a diversidade das línguas e a própria existência de línguas diferentes (1969, p. 82). Os mesmos significados estão unidos a significantes completamente diferentes: português *lua*, inglês *moon*, grego *seléne*; português *prata*, inglês *silver*, latim *argentum*, grego *argýros*, húngaro *ezüst*; português *tâmara*, francês *datte*, romeno *curmal*, latim *palmula* ou *dactylus*.

Como o signo linguístico não é reflexo de uma realidade categorizada anteriormente à existência da língua, o signo é arbitrário. Como ele é arbitrário, o valor do signo só pode ser dado pelas relações existentes no interior da língua, o que cria um sistema. Como se disse anteriormente, a língua não é uma nomenclatura em que cada item está relacionado com um significado. Quando comparamos uma língua com outra, percebemos que essa correspondência de um para um não existe. O que em português designamos com a palavra *terra* equivale a três termos em inglês: *earth*, *land* e *ground*. *Earth* significa “o planeta em que vivemos”, “a substância marrom e pesada da qual é feita a maior parte da superfície do planeta e onde as plantas crescem” (neste sentido, pode-se usar também o português *solo* e o inglês *dirt*). *Land* quer dizer “país”, “torrão natal”, “local em que se nasceu e se habita” (no sentido em que usamos, por exemplo, nos versos de Gonçalves Dias: *Minha terra tem palmeiras/ Onde canta o sabiá*), “uma área cujo solo tem alguma qualidade particular” (como na expressão do português *terra fértil*), “uma área que tem um propósito específico” (por exemplo, as terras indígenas); “a parte do planeta que se distingue do céu (*sky*) e do mar (*sea*)”. *Ground* denota “a

parte de cima da superfície da Terra em que se anda” (em português também se diz *chão*: as pessoas estavam sentadas na terra ou no chão), “uma área de terra” (an acre of ground/ um acre de terra). *Ground* pode ser usado também para o que é designado em português pelos termos *terreno*, “espaço de terra de certa extensão” (por exemplo, waste ground, “uma área de terra que não é usada para nada”), *campo*, “lugar preparado para a prática de esportes” (a football ground; nesse caso, em inglês, prefere-se *field*: a football field) ou *quadra*, “área retangular demarcada para a prática de esportes” (tennis ground; nesse caso, usa-se preferencialmente *court*: a tennis court). Se continuarmos a comparação, a complexidade aumenta. Um outro exemplo é o da palavra inglesa *wood*, que corresponde a três palavras do português: *madeira*, “substância que forma o tronco, a raiz e os galhos das árvores e dos arbustos”, “material para a construção de casas, móveis”; *lenha*, “madeira fragmentada usada como combustível”; *bosque* (por exemplo, he’s in the woods hunting for deer); por outro lado, a madeira cortada e preparada para o uso é denominada *timber*, que também significa “as árvores com potencial de comercialização” (diz-se *timber industry* para a indústria madeireira; *timberland* é o terreno com árvores que podem ser exploradas comercialmente); “árvore” (por exemplo em *timberline*, “linha imaginária que marca o limite de altitude máximo de expansão das árvores”). Nos Estados Unidos, o termo mais comum para referir-se à madeira preparada para uso é *lumber*, que é como que um hiperônimo para tábuas, vigas, caibros, etc. (*lumberjack* é alguém cujo ofício é cortar e preparar a madeira).

Os elementos linguísticos não são independentes dos demais. Ao contrário, cada um deles tem um *valor* dado por sua relação com os outros. Por exemplo, o *i* latino só é segunda pessoa do singular do imperativo presente do verbo *eo*, quando se opõe, por exemplo, a *ite* e se combina com um sujeito de segunda pessoa; é vogal temática da quarta conjugação, quando aparece entre um radical verbal e uma desinência modo-temporal e opõe-se a *a* ou *e*, como, por exemplo, em *amare*, *delere* e *partire*; é morfema que marca o genitivo singular, quando se acha unido a um radical nominal e opõe-se *us*, *um* e *o*; é desinência de nominativo plural, quando se liga a um radical nominal e está em oposição a *orum*, *os* e *is*; é desinência do dativo singular, quando está unido a um radical nominal e opõe-se, entre outros, a *is*, *em*, *e* e assim sucessivamente. Dessa forma, a identidade de um

elemento confunde-se com o seu valor (1969, p. 128). Os termos são resultado de relações. A mesma coisa acontece com os elementos do significante: a oposição do francês *cire* /siR/ (cera) e *sûre* /syR/ (segura) demonstra que a vogal alta anterior não arredondada é um fonema da língua, assim como a vogal alta anterior arredondada. O romeno tem três vogais centrais, uma baixa, uma média e uma alta, grafadas, respectivamente, a, â, â (representadas pelos símbolos a, X, h do Alfabeto Fonético Internacional): observem-se as oposições *roman* (romance) e *român* (romeno); *manã* (maná) e *mânã* (mão), *apã* (água) e *apa* (a água).

A realidade da língua, suas entidades concretas, não são sons nem conceitos, mas valores (1969, p. 128). O valor de um signo provém da diferença com outros signos, o que significa que na língua não há elementos positivos, apenas negativos (“Na língua só há diferenças” (1969, p. 139)), o que implica que a forma pressupõe pelo menos dois termos. No jogo de xadrez, que pode ser comparado a uma língua, é irrelevante, para jogar uma partida, a matéria de que as peças são feitas, seu formato, sua cor, bem como o fato de que elas representam a organização social de uma dada época e as mudanças que elas sofreram ao longo do tempo. O que é relevante, para sua prática, é o valor de cada tipo de peça, determinado pela oposição a todas as outras no que concerne aos movimentos possíveis e à função dentro do jogo (1969, p. 128).

Como cada língua resulta de experiências históricas particulares de um dado povo, tem um sistema próprio de valores, o que significa que a Linguística, apesar da Saussure considerá-la parte da Psicologia Social, aproxima-se da Antropologia, em seu estudo das singularidades de cada idioma.

A arbitrariedade do signo é a cabal demonstração de que ele é uma criação humana e, portanto, é cultural. Acrescenta o mestre genebrino:

Por sua vez, a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema linguístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja (1969, p. 132).

Como se vê, a postulação do imanentismo nada tem a ver com o esvaziamento da historicidade da linguagem. No entanto, isso merece uma explicação mais detalhada. Para isso, tomemos aquele que

foi considerado o mais radical imanentista, Hjelmslev, e analisemos o movimento epistemológico feito por ele em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1975). O linguista dinamarquês, ao traçar seu projeto de ciência, começa com o gesto epistemológico primeiro: a redução com vistas a determinar seu objeto teórico.

A primeira redução operada é a postulação do imanentismo. A Linguística não deve ser transcendente, mas imanente, isto é, ela não é uma ciência auxiliar nem uma ciência derivada; não busca compreender a linguagem como um conglomerado de fatos não linguísticos (físicos, fisiológicos, psicológicos, lógicos, sociais), mas como um todo que se basta a si mesmo, como uma estrutura *sui generis* (1975, p. 3). A linguagem não será vista, então, como meio de conhecimento de outras realidades: as flutuações da psique humana, o gênio de um povo, uma determinada estrutura social, as relações históricas entre povos e nações, etc. (1975, p. 2-3). Ao contrário, a Linguística deve conhecer a língua em si mesma.

A língua não é um objeto homogêneo, ela comporta inúmeras variações e flutuações na fala. No entanto, o linguista ocupar-se-á das constantes, que se mantêm sob as variadas transformações. A tradição humanística nega a existência de uma constância nos fenômenos humanos e a legitimidade de sua procura. Considera que os fatos humanos, contrariamente aos da natureza, são singulares e, por isso, não podem ser submetidos a métodos exatos nem ser generalizados. No entanto, a Linguística hjelmsleviana parte do pressuposto de que a todo processo corresponde um sistema, que pode ser analisado e descrito com um número restrito de premissas. O processo é composto de um número limitado de elementos que reaparecem em novos arranjos. Assim, o que se deseja é estabelecer o cálculo geral das combinações possíveis, predizer os eventos possíveis e as condições de sua realização. Por isso, o objetivo de uma teoria da linguagem é buscar a existência de um sistema subjacente ao processo, com base na tese de que a constância subentende a flutuação (1975, p. 7-9).

A teoria da linguagem tem, segundo o linguista dinamarquês, por objetivo elaborar um procedimento, por meio do qual se possam descrever, de maneira não contraditória e exaustiva, objetos de uma dada natureza. Não pode limitar-se a permitir o reconhecimento de um dado objeto, mas tem que ter uma natureza preditiva, ou seja, deve possibilitar descrever todos os objetos de uma suposta natureza. Assim, a teoria precisa estudar o processo e o sistema não de uma

língua, mas de todas as línguas. Por isso, seu método não pode ser indutivo, uma vez que é impossível percorrer todos os textos existentes em todas as línguas, sendo que, ademais, seria preciso dar conta não só dos textos que existem, mas também de todos os textos possíveis (1975, p. 19-22).

O que se pretende estudar, portanto, são as línguas naturais. O que se busca é o conhecimento imanente da língua, considerada como uma estrutura específica que se baseia apenas em si mesma. Procura constâncias na língua e não fora dela (1975, p. 25-26).

A Linguística estuda a forma e não a substância, ou seja, os objetos que ela analisa são definidos em relação a outros objetos e não em si mesmos. Hjelmslev vai mais longe ainda, ao postular que o objeto examinado e suas partes só existem em função dessas relações ou dessas dependências. Os objetos linguísticos (a substância) são pontos de intersecção de feixes de relacionamentos. Por isso, a totalidade não se constitui de objetos, mas de dependências. O que tem existência científica são as relações no sistema (relações ou...ou) e no processo (relações e...e) e não sua manifestação (1975, p. 27-32).

Observe-se que, em seus princípios, Hjelmslev segue rigorosamente os fundamentos teóricos do *Curso de Linguística Geral*.

Estabelecidas essas bases, Hjelmslev expõe rigorosamente como se analisam as relações que vão criar os elementos dos planos da expressão (sons) e do conteúdo (sentidos) nas línguas naturais.

Ao final dos *Prolegômenos*, o linguista dinamarquês propõe reincorporar tudo aquilo que fora deixado de lado, quando da redução epistemológica. Começa por reconhecer que há estruturas cuja forma é análoga à das línguas naturais. Reintroduz, assim, na teoria, todas as outras linguagens. Hjelmslev diz que uma língua é uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas, tanto todas as outras línguas quanto as demais semióticas. No entanto, com base no ponto de partida, que foi o estudo das línguas naturais, Hjelmslev mostra que nem tudo o que é dotado de sentido é uma semiótica. Para existir uma semiótica, é preciso que ela opere com dois planos, o que não acontece quando existe uma relação biunívoca entre um elemento do plano da expressão e um do plano do conteúdo, como ocorre, por exemplo, no jogo de xadrez ou nos sistemas de símbolos (1975, p. 109-119).

Seu objeto, ao estudar todas as semióticas, não são apenas as semióticas denotativas, mas também as semióticas conotativas (aque-

las cujo plano da expressão é uma semiótica) e as metassemióticas (aquelas cujo plano de conteúdo é uma semiótica). Aqui, então, são incorporados à teoria os estilos, os gêneros do discurso, as variedades linguísticas, a língua ou línguas em que o texto foi produzido, etc. (1975, p. 121-130). Por exemplo, tem um sentido o fato de um poema estilizar uma receita de cozinha. No gênero *receita*, o texto tem duas partes: ingredientes e modo de preparar. O tema é sempre *ensinamento para preparar um alimento*. No texto que segue, o poeta Nicolas Behr mantém a estrutura composicional e o estilo do gênero receita, mas muda o tema. Fala não de uma receita de alimento, mas de uma receita de poesia. Ele estilizou a receita de alimento para construir seu texto de receita poética.

Receita

Ingredientes

2 conflitos de gerações
4 esperanças perdidas
3 litros de sangue fervido
5 sonhos eróticos
2 canções dos beatles

Modo de preparar

dissolva os sonhos eróticos
nos dois litros de sangue fervido
e deixe gelar seu coração
leve a mistura ao fogo
adicionando dois conflitos
de gerações às esperanças
perdidas

corte tudo em pedacinhos
e repita com as canções dos
beatles o mesmo processo usado
com os sonhos eróticos mas desta
vez deixe ferver um pouco mais e
mexa até dissolver

parte do sangue pode ser
substituído por suco de
groselha mas os resultados
não serão os mesmos

sirva o poema simples
ou com ilusões (2005, p. 6)

Uma variante linguística ganha valor e, portanto, acede à dimensão de forma, quando se opõe a outra. No texto que segue, denominado *Burro chucro*, cantiga tradicional, recolhida por Francisco de Assis Bezerra de Menezes, a variedade linguística dita caipira do português é confrontada com a variedade denominada culta, para dar concretude à identidade do narrador, em que estão englobados desde seu lugar de nascimento até seus traços culturais:

Amontei num burro chucro
 Mode uma aposta ganhá
 Que é que eu tinha co'esse burro
 Que é que eu tinha de amontá
 Oito parmo de artura
 Da garupa inté no chão
 Nunca vi burro mais chucro
 Preto assim que nem tição
 Prigunte pra quem quisé
 Eu amontava muito bem
 Se argum dia eu fui pro chão
 O animale foi também
 Eu passava por Barretos
 Vieram me desafiar
 Que é que eu tinha co'esse burro
 Que é que eu tinha de amontá

No último capítulo de seus *Prolegômenos*, Hjelmslev diz que a exigência inicial de estabelecimento “de um método seguro para determinado texto limitado redigido numa determinada língua ‘natural’ definida antecipadamente” teve que dar lugar “a uma atitude científica e humanista cada vez mais ampla que terminou por se impor e por nos levar a uma concepção de conjunto que dificilmente poderia ser imaginada mais absoluta” (1975, p. 131).

Qualquer texto obriga o pesquisador a colocá-lo, por catálise¹, numa totalidade, que o linguista deve reconhecer. Essa totalidade não é fechada.

Todo sistema é uma totalidade que se basta a si própria; no entanto, nenhuma totalidade está isolada. Catálise sobre catálise obrigam a ampliar o campo visual até que se chegue a levar em conta todas as coesões. (...) De catálise em catálise, semiótica conotativa, metassemiótica e metassemiolo -

gia são obrigatoriamente integradas na teoria. Assim, todas as grandezas que, em primeira instância e considerando apenas o esquema da semiótica-objeto, deviam ser deixadas de lado como objetos não semióticos, são reintegradas e compreendidas como componentes necessários de semióticas de ordem superior. A seguir, não existem não semióticas que não sejam componentes de semióticas e, em última instância, não existe objeto algum que não possa ser esclarecido a partir da posição-chave que a teoria da linguagem ocupa. A estrutura semiótica se revela como um ponto de vista a partir do qual todos os objetos científicos podem ser examinados” (1975, p. 131-132).

Hjelmslev vai mostrar que, em seu ponto de partida, a teoria é imanente e estabelece como seu objeto a constância, o sistema e a função interna. Parecia, então, que isso seria feito “às custas das flutuações e dos matizes, às custas da vida e da realidade concreta, física e fenomenológica” (1975, p. 132). Para o linguista dinamarquês, essa era uma limitação provisória, um gesto metodológico para “arrancar da linguagem seu segredo” (1975, p. 132). Aí estabelece a exigência metodológica para incorporar a história, a realidade concreta à teoria:

Em vez de impedir a transcendência, a imanência pelo contrário, deu-lhe uma base nova e mais sólida. A imanência e a transcendência juntam-se numa unidade superior baseada na imanência. A teoria linguística, por necessidade interna, é levada a reconhecer não apenas o sistema linguístico em seu esquema e seu uso, em sua totalidade assim como em seus detalhes, mas também *o homem e a sociedade humana presentes na linguagem* (grifo nosso) e, através dela, atingir o domínio do saber humano em sua totalidade. Com isso, a teoria da linguagem atingiu a finalidade que se tinha atribuído: *humanitas et universitas* (1975, p. 132-133).

A historicidade do sentido será incorporada à teoria sob o princípio da forma (no sentido hjelmsleviano do termo). Não será nunca, portanto, externa ao sentido. Nos termos saussurianos, a história é incorporada à teoria por meio do conceito de valor.

Que significa, porém, integrar a história à teoria sob o primado da forma ou do valor?

Começemos por considerar que, para Hjelmslev, a substância não é a massa amorfa do pensamento nem as múltiplas possibilidades

articulatórias do aparelho fonador. Ela não é uma realidade extralinguística, mas é a manifestação de uma forma do conteúdo ou da expressão, situada num nível diferente dela. Assim, um conceito ou um som derivam de uma forma e, por isso, são substâncias. Greimas ensina:

Não há necessidade de acrescentar que forma e substância são apenas dois conceitos operacionais que dependem do nível de análise escolhido: o que será denominado substância num certo nível poderá ser analisado como forma num nível diferente (1973, p. 37).

Se estivermos determinando os fonemas do português, podemos dizer que todos os alofones de um dado fonema são do nível da substância. No entanto, quando estabelecemos as variedades regionais do português, essas variantes são vistas em suas relações, de uma perspectiva diferencial, sendo, portanto, examinadas como forma.

Pode-se determinar a historicidade de um processo ou de um sistema. Estudar a historicidade inerente a um texto é analisá-lo do ponto de vista das relações que um texto mantém com o outro. Examinar a historicidade de um sistema é confrontar um sistema com outro. A historicidade sempre será analisada a partir da diferença. Isso é que é integrar a história sob o primado da forma ou do valor. Comparando o português com o romeno, verifica-se que este tem duas palavras para indicar a ação de trabalhar, *a munci* e *a lucra*. O primeiro tem sua origem na ideia do trabalho como pena (por isso, trabalho forçado é *muncă silnică*), enquanto o segundo é oriundo do conceito da atividade que gera proveito (vem da palavra latina que deu o português *lucro*). Por outro lado, quando se procura verificar as regiões em que esses termos surgiram, nota-se que são regiões que se distinguem, respectivamente, pela presença do trabalho servil e do trabalho livre.

A questão que se coloca é se é legítimo analisar a historicidade dessa maneira.

Em primeiro lugar, ela será examinada nas relações entre textos ou entre sistemas. Com isso, não estaríamos elidindo o real em favor de sua representação? Para diferentes teorias linguísticas (talvez seja esse um ponto quase consensual nas teorias da linguagem), não se tem acesso direto à realidade, pois a relação com o real é sempre mediada pela linguagem. Ele apresenta-se para cada um sem-

pre semioticamente, ou seja, linguisticamente. Por exemplo, afirma Bakhtin que “não se pode realmente ter a experiência do dado puro” (1993, p. 32), o que implica que um discurso não se relaciona diretamente com as coisas, mas com outros discursos, que semiotizam o mundo. Como se vê, se não se tem relação com as coisas, mas com os discursos que lhes dão sentido e com as línguas que permitem esses discursos, as relações linguístico-discursivas são o modo de funcionamento real da linguagem (1998, p. 86).

Uma teoria linguística assentada em bases epistemológicas completamente diversas, como a chamada hipótese Sapir-Whorf, mostra que a língua modela a representação do mundo de cada falante. Fundamentando-se em ideias de Sapir (1969, p. 20-21 e 45), Whorf (1969) nota que as categorias fundamentais do pensamento, como tempo, espaço, sujeito, objeto, são diferentes de uma língua para outra. As línguas, tanto no léxico, quanto na gramática, categorizam o mundo². As partes do discurso das línguas indo-europeias, que opõem o agente à ação, as coisas às relações, os objetos às propriedades, impõem ao falante uma reificação do mundo, que é visto como um conjunto de coisas. Já uma língua, como o hopi, por exemplo, vê a realidade como uma soma de processos. Whorf formula, então, o princípio da relatividade linguística: há tantas maneiras de representar o mundo, de categorizar a realidade quantas são as línguas existentes. Nenhum falante pode escapar à organização e classificação dos dados estabelecida por uma língua. O mundo é um fluxo caleidoscópico de impressões, que são organizadas pelo sistema linguístico.

Na verdade, não se pode distinguir entre a realidade e sua representação, se o real é inacessível a nós fora dos quadros da linguagem.

A segunda questão diz respeito ao problema da diferença. É esse o modo de apreensão da historicidade?

O termo *dialética* teve, ao longo da história, diferentes sentidos: método de divisão das ideias, lógica do provável, lógica, síntese de opostos. Há um denominador comum a esses diferentes sentidos: há sempre duas teses em conflito ou a oposição de dois princípios, dois momentos, duas atividades quaisquer. Hegel diz que a dialética é “a própria natureza do pensamento”, visto que a resolução das contradições da realidade é o objeto do intelecto (1959, p. 84). Para ele, a dialética é a lei da realidade, que se move por tríades de tese, antítese (a negação, o oposto, o outro da tese) e síntese (1994, p. 555-557 e 462). Marx critica a dialética hegeliana, dizendo que ela é

consciência e aí permanece, não alcançando nunca o objeto, a realidade, a natureza, a não ser no pensamento e como pensamento (1987, p. 202-203 e 213-214). Engels mostra que as oposições e diferenças estão presentes no objeto, seja ele a história da sociedade humana, seja a história da natureza (1974, p. 49-56). A diferença é a determinação da alteridade. Diz Hegel que todas as coisas se contradizem a si mesmas, que “tudo se opõe”, que tudo se diferencia (1994, p. 554).

No domínio do sentido, quando confrontamos discursos, verificamos que eles se negam, invertem um ao outro, cancelam-se, retomam outros, fazem sínteses. Quando comparamos sistemas linguísticos, variedades linguísticas, etc., constatamos que os elementos da expressão e do conteúdo não se recobrem, mas se diferenciam. Apreender a historicidade de um texto é captar essa dialética do sentido, que não existe no pensamento do linguista, mas está presente no objeto (cf. Jameson, 1997, p. 135-206). O conteúdo e a expressão constituem-se dialeticamente. Apreender essa relação é integrar a história sob o primado da forma: são relações diferenciais, polêmicas e contratuais, entre discursos, sistemas e variedades que são analisadas. A História não é exterior à linguagem, mas ela é interna a ela, pois ela se constitui dialeticamente.

Se sempre é possível apreender a historicidade no processo (texto), é preciso, no entanto, ficar atento para o fato de que nem sempre podemos explicar as experiências históricas de um povo que levaram ao surgimento desta ou daquela categoria de uma língua: por exemplo, o modo subjuntivo, o aspecto incoativo, etc. Guimarães Rosa, no texto *Uns índios (sua fala)*, publicado no livro *Ave, palavra*, conta que, numa visita aos terenas, ouviu dois índios conversando em sua língua. Diz o escritor:

A surpresa que me deram foi ao escutá-los coloquiar entre si, em seu rápido, rispido idioma. Uma língua não propriamente gutural, não guarani, não nasal, não cantada; mas firme, contida, oclusiva, sem molezas – língua para gente enérgica e terra fria. Entrava-me e saía-me pelos ouvidos aquela individida extensão de som, fio crespo, em articulação soprada; e espantava-me sua gama de fricativas palatais e velares, e as vogais surdas. Respeitei-a, pronto respeitei seus falantes, como se representassem uma cultura velhíssima (1994, p. 995).

O autor pergunta-lhes como seu diz em sua língua diversas palavras, como frio, onça, cobra, etc. Mais tarde no arraial de Limão-Verde, a 18 quilômetros de Aquidauana, torna a inquirir como se diz isso ou aquilo em língua terena. De volta a Aquidauana, relendo suas notas, uma coisa lhe chama atenção: os nomes de cores:

vermelho – a-ra-ra-i'ti
 verde – ho-no-no-i'ti
 amarelo – he-ya-i'ti
 branco – ho-po-i'ti
 preto – ha-ha-i'ti (1994: 996).

Prossegue o autor:

Sim, sim, claro; o elemento *i'ti* devia significar “cor” – um substantivo que se sufixara; daí, a-ra-ra-i'ti seria “cor de arara”; e por diante. Então gastei horas na cidade, querendo averiguar. Valia. *Toda língua são rastros de velhos mistérios* (grifo nosso). Fui buscando os terenos moradores em Aquidauana: uma cozinheira, um vagabundo, um pedreiro, outra cozinheira

– que me sussurraram longas coisas, em sua fala abafada, de tanto finco. Mas *i'ti* não era aquilo.

Isto é, era não era. *I'ti* queria dizer apenas “sangue”. Ainda mais vero e belo. Porque, logo fui imaginando, *vermelho* seria “sangue de arara”; *verde*, “sangue da folha”, por exemplo; *azul*, “sangue do céu”; *amarelo*, “sangue do sol”; etc. Daí, meu afã de poder saber exato o sentido de *hó-no-nó*, *hó-pô*, *há-há* e *he-ya*.

Porém não achei. Nenhum – diziam-me – significava mais coisa nenhuma, fugida pelos fundos da lógica. Zero, nada, zero. E eu não podia deixar lá minha cabeça, sozinha especulando. *Na-kó-i-ko?* [Como é que vamos?]

Uma tristeza (1994: 996-997).

Uma língua vai armazenando seja no léxico, seja na gramática, a história de um determinado povo. Dessa forma, é o mais poderoso depósito da tradição de uma dada comunidade. Por isso, é sempre “rastros de velhos mistérios”. Ela é produto do meio social e, uma vez constituída, tem um papel ativo no processo de conhecimento e comportamento do homem. A língua não é uma nomenclatura que se apõe a uma realidade pré-categorizada, ela é que classifica a realidade. Em português, chama-se *posse* a investidura, por exemplo, na Presidência da República; em inglês, *inauguration*; em francês,

investiture. A palavra portuguesa dá ideia de assenhorear-se de alguma coisa, de domínio; a inglesa indica apenas começo; a francesa diz respeito ao recebimento de uma função. Esses termos têm, sem dúvida, relação com a maneira como concebemos o poder do Estado. Saussure, com sua teoria do signo, em que se desnaturaliza a linguagem e em que os dois conceitos determinantes são a arbitrariedade e o valor, ao contrário do que diz certa vulgata, não esvazia a linguagem de sua historicidade, mas mostra que um sistema só pode ser uma construção histórica. Nem sempre podemos apreender essa historicidade interna ao sistema, porque, como diz Guimarães Rosa, as línguas são sempre “rastros de velhos mistérios”.

ABSTRACT

One of the most common criticisms against Saussure's theory claims that it negates the historicity of language; language is allegedly thought of as an object without historical dimension, considered as a self-sufficient system. This text aims at showing that this conclusion is founded on a poor reading of the *Course in General Linguistics*. What Saussure does in his theory of sign is to radically separate language from reality. He posits that the organization of reality is different from the organization of language, because language is not a reflex of the reality, but a human creation. As such, it is radically historical. History is integrated into Saussure's theory by means of the concept of value; in other words, under the primacy of form. This paper shows what it means to analyze language historicity under the primacy of form.

KEY-WORDS: value; historicity; organization of language; reality organization.

NOTAS

³ Catálise é a explicitação, com a ajuda de elementos manifestados, graças a relações de pressuposição, de elementos elípticos na estrutura de superfície.

² Há uma diferença significativa entre as teses de Sapir e as de Whorf. Para aquele, a língua reflete o meio físico e social e, a partir de sua constituição, o léxico, que é um inventário de ideias, interesses e ocupações, modela a maneira de ver o mundo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (1993) *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press.

BAKHTIN, Mikhail (1998). *Questões de literatura e de estética (A teoria do romance)*. São Paulo: Hucitec.

BEHR, Nicolas (2005). *Macroantologia*. Thesaurus Editora: Brasília.

BOUQUET, Simon (2009). De um Pseudo-Saussure aos textos saussurianos originais. *Revista Letras e Letras*, Uberlândia, v. 25, n. 1, jan./jun., p. 161-175.

CRUZ, Márcio Alexandre (2013). “Uma contradição aparente em Saussure: o problema da relação língua-história”. In: FIORIN, Jose Luiz, FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci (orgs.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, p. 33-44.

ENGELS, Friedrich (1974). *Dialéctica da natureza*. Lisboa: Editorial Presença.

GREIMAS, A. J. (1973). *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP.

HEGEL, G. W. F. (1959). *Encyclopédie des sciences philosophiques en abrégé*. Paris: Gallimard.

HEGEL, G. W. F. (1994). *La science de la logique*. Paris: Vrin.

HJELMSLEV, Louis (1975). *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.

JAMESON, Frederic (1997). *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática.

MARX, Karl (1987). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural.

PLATÃO (2001). *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget.

RASTIER, F (2003). Le silence de Saussure ou l'ontologie refusée. In: BOUQUET, S. (dir.). *Cahier Saussure*. Paris: Éditions de l'Herne, p. 23-51.

ROSA, João Guimarães (1994). *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. II.

SAPIR, Edward (1969). *Linguística como ciência. Ensaios*. Rio de Janeiro: Acadêmica.

SAUSSURE, Ferdinand de (1969). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix/ EDUSP.

SAUSSURE, Ferdinand de (2002). *Écrits de Linguistique Générale*. Edição de Simon Bouquet e Rudolf Engler. Paris: Gallimard.

SCHLEICHER, August (1980). “La théorie de Darwin et la science du langage”. In: TORT, Patrick. *Évolutionisme et linguistique*. Paris: Vrin.

WHORF, Benjamin Lee (1969). *Linguistique et anthropologie*. Paris: Denoël.

Recebido em : 7 de março.

Aprovado em : 1 de abril.